

Universidade estadual de Campinas  
Faculdade de Educação

Gabriela Rosa Balão

O papel da admiração na escola:  
um estudo sobre os valores morais presentes nas  
representações de si de professores.

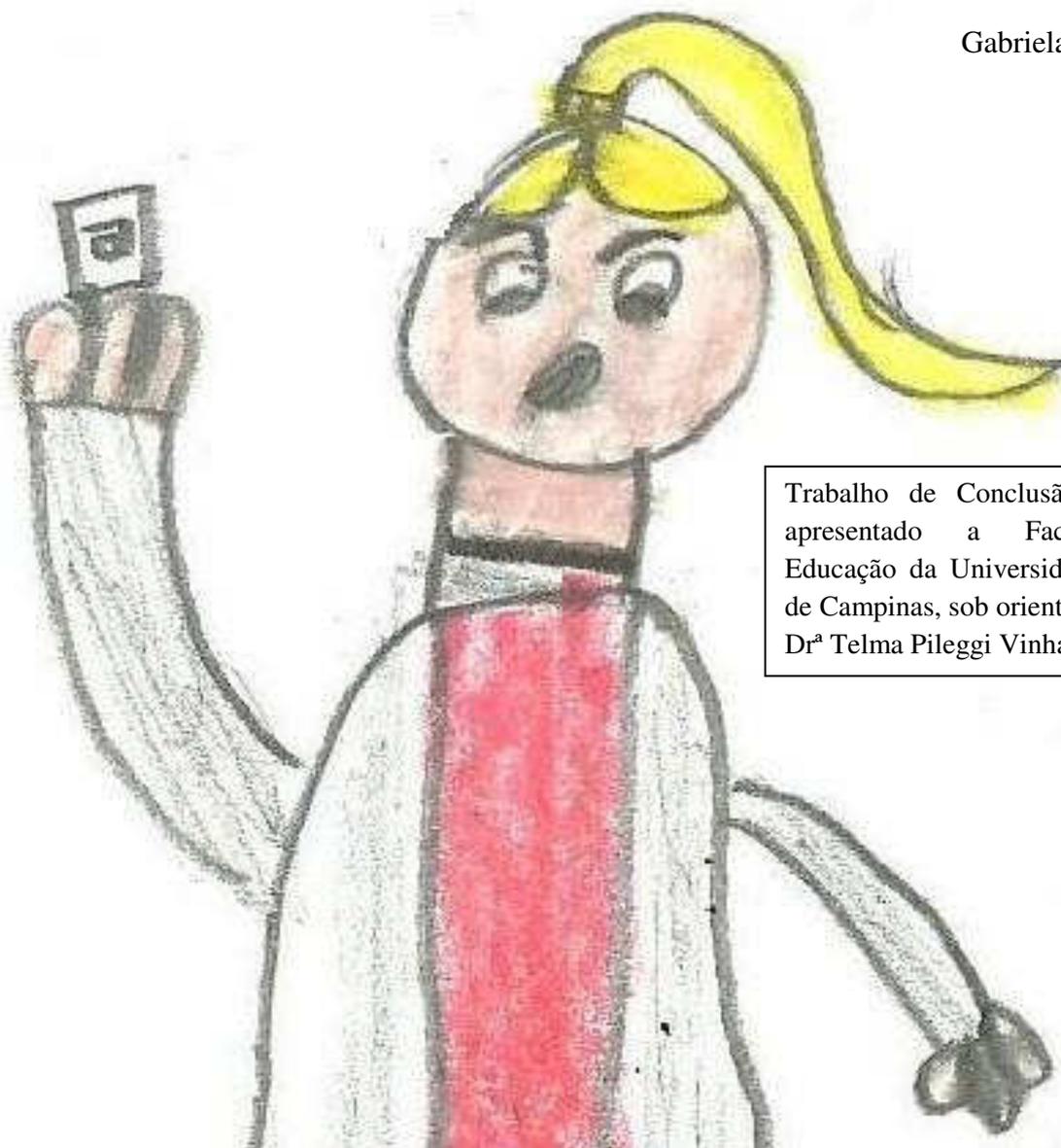
Campinas

2011

Universidade estadual de Campinas  
Faculdade de Educação

**O papel da admiração na escola:**  
um estudo sobre os valores morais presentes nas  
representações de si dos professores.

Gabriela Rosa Balão



Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado a Faculdade de  
Educação da Universidade Estadual  
de Campinas, sob orientação da Prof<sup>a</sup>  
Dr<sup>a</sup> Telma Pileggi Vinha.

Campinas  
2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA  
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP  
GILDENIR CAROLINO SANTOS – CRB-8ª/5447

B182p Balão, Gabriela Rosa, 1988-  
O papel da admiração na escola: um estudo sobre os valores morais presentes nas representações de si de professores / Gabriela Rosa Balão. – Campinas, SP: [s.n.], 2011.

Orientador: Telma Pileggi Vinha.  
Coorientador: Luciene Regina Paulino Tognetta.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) –  
Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Ética. 2. Valores morais. 3. Educação moral. I. Vinha, Telma Pileggi. II. Tognetta, Luciene Regina Paulino. III. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. IV. Título.

11-219-BFE

O papel da admiração na escola:  
um estudo sobre os valores morais presentes nas  
representações de si de professores.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência para a conclusão do curso de Pedagogia na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Telma Pileggi Vinha

Campinas, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Telma Pileggi Vinha – Orientador

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciene Regina Paulino Tognetta – Co-orientador

Campinas

2011

*Dedico este trabalho a todos os educadores  
que se empenham na tarefa de educar moralmente.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me mostrado, mais uma vez, que as provações podem ser vencidas.

Agradeço aos meus pais, Norma e Vanderlei, por me oferecerem todo apoio e todo o cuidado necessário, por me ensinarem a ser tudo o que sou hoje.

Agradeço a minha irmã Bárbara que mesmo em meio a tantas coisas me auxiliou na composição de partes deste trabalho.

Agradeço a todos os amigos de curso que, de alguma forma, fizeram parte desta jornada, e especialmente as amigas Bruna, Luciana e Raquel com as quais eu dividi muito mais do que a casa, os almoços e as festas durante esses quatro anos. Muito obrigada pela amizade e por estarem sempre ao meu lado!

Agradeço ao meu namorado, Danilo por me incentivar e me apoiar, por estar ao meu lado em todos os momentos. Amor, posso dizer que, agora, o trabalho acabou.

Agradeço as Professoras Telma Vinha e Luciene Tognetta, com as quais eu descobri, logo nos primeiros anos de faculdade, o interesse pela Psicologia Moral. Agradeço a elas por terem paciência comigo e me acompanhar durante esses anos, esclarecendo dúvidas e me auxiliando a compor as idéias para o trabalho, a elas devo todo respeito e admiração.

Por fim agradeço a todos os professores e funcionários da Faculdade de Educação, a todos que participaram diretamente ou indiretamente na construção desse trabalho.

Muito obrigada, a todos vocês!



*De fato, como homens heterônomos podem educar crianças que deverão se tornar autônomas? Como educadores encravados em seu cotidiano podem levar as crianças a vislumbrar um mundo diferente? Formar homens iguais àqueles que já existem é mais fácil que formar homens diferentes, de certa forma 'superiores'.*

*Yves de La Taille*

## RESUMO

Atualmente há uma grande discussão a respeito dos valores presentes em nossa sociedade e, se estes podem ser classificados como valores morais. Na busca de investigar estes valores foi realizada uma pesquisa entre 370 educadores da Educação Infantil e Ensino Fundamental I da rede pública e particular de ensino da região metropolitana de Campinas, que teve como objetivo verificar o que estes educadores elegem como valor admirável e se há valores morais indicados em suas representações de si. Os dados foram coletados por meio de um questionário escrito, em que foram apresentadas duas questões sobre o sentimento de admiração e obtiveram-se como respostas ações e valores que estes professores elegem como admiráveis. Os resultados indicam que a grande maioria dos professores não elege valores éticos como admiráveis, mas sim, muito mais valores que são socialmente apreciados enquanto estereótipos sociais. Tais resultados nos permitem uma discussão sobre a necessária formação de professores quanto às questões éticas, para que se possa então pensar os trabalhos de formação de valores entre os alunos.

**Palavras – chave:** Ética, Valores Morais, Representação de si, Educação Moral.

## ABSTRACT

Currently, there is a big discussion about values in our society, as to whether they can be classified as moral values or not. In order to investigate these values, a survey was conducted, questioning 370 educators of the private and public chain of Childhood Education and Elementary Schools of the metropolitan region of Campinas, with the objective of finding what these educators would choose as admirable values and if there are moral values indicated in their representations of themselves. Data were collected through a written questionnaire, which presented two questions about the feeling of admiration, and responses were obtained about actions and values, which these teachers chose to be admirable. The results indicate that the vast majority of teachers do not chose ethical values admirable, however, rather much more values whose appreciated socially such as social stereotypes. These results allow a discussion about the need for teacher training regarding ethical issues, and then we can think about formative work of building values among students.

**Key-words:** Ethics, Moral Value, Self-representation, Moral Education

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
CAPÍTULO I: MORAL E ÉTICA: AFINAL, O QUE QUEREMOS?.....	15
CAPÍTULO II: OS VALORES QUE TEMOS E QUE QUEREMOS: SERIAM VALORES MORAIS? .....	18
2.1 O sentimento de admiração: diga-me o que te admiras que eu te digo qual é a tua moral.....	19
CAPÍTULO III: A RESPONSABILIDADE DE EDUCAR MORALMENTE:A ESCOLA E SEU PAPEL.....	21
CAPÍTULO IV: A PESQUISA EMPÍRICA: O QUE OS PROFESSORES ADMIRAM?.....	24
4.1 O estudo – a admiração .....	24
CAPÍTULO V: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	26
5.1 Discussão.....	34
CAPÍTULO VI: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS .....	39

## INTRODUÇÃO

*Diga-me o que te admiras que eu te direi qual é a tua moral.*  
Luciene Tognetta

Atualmente, têm-se falado muito sobre o binômio moral e ética, entretanto, ao observarmos a sociedade de hoje, se pode perceber uma crescente descrença pela sua prática. Assim como afirma La Taille (2002):

Não me parece exagerado dizer que há um vácuo no que se refere ao tema da moral e da ética. Isso se deve em boa parte à crítica (legítima) que foi feita aos métodos tradicionais de catecismo e educação moral e cívica, crítica esta que indica sobre seu caráter verbal e autoritário, mais preocupados em produzir pessoas obedientes, conformistas e dogmáticas do que educar para a liberdade, a autonomia e a tolerância. (LA TAILLE, 2002, p. 117-118).

Dentro deste contexto é fácil perceber certo saudosismo ao pensar nos valores éticos e morais das velhas gerações, quando a disciplina de Educação Moral e Cívica era então vigente. Hoje é comum as pessoas declararem: “No meu tempo, havia mais respeito...”, “As diferenças eram respeitadas...”. Diante de tais afirmações podemos nos indagar: por que se fala tanto em moral e, se reconhecemos como verdadeira essa tese, como esta foi “perdida” ao longo dos anos?

Não é difícil encontrar a resposta a essas questões. É fato que o problema da falta da moral não é um problema da atualidade. Aliás, só falamos dela pela sua falta. Contudo, a discussão sobre moral está presente hoje em nossa sociedade também devido às grandes dimensões que os problemas morais adquirem, visto a velocidade das transformações atuais que “afetam não só o exterior, mas também o fundamento do ser e do pensar, as formas de julgar e decidir, as normas e os valores” (GOERGEN, 2007, p.741). Tais transformações agem juntamente com o desenvolvimento científico e tecnológico, ampliando a intervenção do homem no meio ambiente, também promovendo um estreitamento das fronteiras entre os países e, interferindo até mesmo em relações mais profundas, como é o caso na relação entre o público e o privado. Para Gorgen (2007), o espaço que ocupa a moralidade pública acabou sendo invadido por interesses privados “criando uma promíscua e permissiva relação entre o público e o privado, no foro jurídico, político, econômico, familiar e educacional, capaz de

abafar breves espasmos de revoltas, às mais acintosas afrontas à moralidade pública”. Salienta o autor que dessa maneira, pode se explicar, por exemplo, o fato de que “sucessivos escândalos públicos dos últimos dez ou vinte anos continuem absolutamente impunes no Brasil” (GOERGEN, 2007, p. 739).

Ao propor tal discussão estamos afirmando que vivemos um profundo processo de transformação social, no qual a globalização tem um papel central, provocando mudanças em diferentes âmbitos: social, tecnológico e ambiental. (BOFF, 2003).

Dentro do ambiente social, o homem moderno sofre transformações para se adaptar à vida cotidiana, a partir de novos saberes e comportamentos que representam mudanças nas identidades e nos valores. Em outras palavras, podemos dizer que ao construir novas identidades e novos valores, vivemos um momento em que os valores morais parecem estar em crise. Isso porque não nos parece bem a hipótese de haja entre nós uma crise de valores: há valores, mas estes, parecem estar longe de serem morais.

Tal discussão também está presente dentro da educação, pois esta tem um papel importante na defesa de uma sociedade livre e justa ao se propor formar sujeitos éticos, educando para que cada vez mais os alunos possam se tornar cidadãos conscientes e pessoas que sejam justas, solidárias, tolerantes, etc. Um dos grandes objetivos da escola é formar valores. Por isso, educadores e especialistas em educação são aqueles que compartilham a responsabilidade com uma pequena unidade institucional, a família, e “formam o caráter e permitem promover um mundo mais justo” (D’ÀUREA TARDELI, 2009, p.70). Contudo, sabemos que essa não é uma tarefa fácil. Temos assistido diariamente noticiários sobre os problemas de relacionamento interpessoal presentes nas escolas: agressões físicas e verbais, furtos e desobediência às normas são assuntos crescentes. Fica para nós, dessa forma, uma pergunta: estariam as instituições educativas perdendo a capacidade de formar para valores morais?

A educação pautada em valores parece estar sendo esquecida, embora o ensino dos valores morais apareça como prioridade de ensino nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997). Historicamente, a chamada Educação Moral e Cívica vigorou como disciplina obrigatória durante dois importantes momentos da história da república. O primeiro momento foi durante o Estado Novo, regime político instituído por Getúlio Vargas em 1937, já o segundo foi durante a ditadura, instaurado após o golpe militar de 1964, dentro do governo do Marechal Arthur da Costa e Silva. Neste contexto, o ensino da Educação Moral e Cívica se tornou obrigatório “em todas as escolas brasileiras, de todos os níveis de ensino como disciplina e prática educativa, através do Decreto-lei nº. 869, de 12 de setembro de 1969. A

EMC integrava nesse período o movimento de reestruturação do sistema educacional brasileiro”. (FILGUEIRAS, 2006, p. 3377).

Pode-se observar, através dos períodos mencionados, que o sistema educacional brasileiro funcionava a serviço da transmissão dos valores dominantes e a disciplina era utilizada como meio de manipulação pelo poder.

Após o fim do regime militar se iniciou um novo debate sobre as questões educacionais que culminou, em 1988, na reformulação da Constituição, cuja afirmação no artigo 3º assegura que a educação é um direito de todos os cidadãos e dever do Estado e da família, pois esta funciona como base para o bom desenvolvimento humano. Já no final da década de 1990 surgem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) que buscam trazer para o cenário da educação uma proposta de padronização dos procedimentos educacionais dirigidos ao Ensino Fundamental. Há então referências aos chamados *Temas Transversais* que foram divididos entre: Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde e Orientação Sexual, Trabalho e Consumo. O documento reitera que a proposta apresentada é diferente das dinâmicas das aulas de Moral e Cívica. O tema *Ética*, por sua vez, teria sido abordado tomando como base o construtivismo de Jean Piaget e Kohlberg cujas teorias destituem o papel de autoritarismo nos processos de ensino aprendizagem desses conteúdos de natureza moral.

Finalmente, 11 anos após a inserção deste novo documento democrático que não padroniza como outrora a mecanicidade do ensino, mas apresenta como o próprio nome do documento diz ser “parâmetros para o processo de ensino aprendizagem”, cabe perguntar-nos novamente: como se dá a educação de valores? Qual é o papel do professor? O processo didático é suficiente para a transmissão de valores? E finalmente, ainda que essa seja a pergunta que deva inaugurar todas as outras discussões: que valores são aspirados pelos então educadores?

Antes de responder a estas perguntas deve-se, primeiramente, esclarecer que toda a ação humana é orientada por valores e princípios que implicam nos julgamentos que se tem sobre a vida e seus elementos. Assim, “o desenvolvimento desses juízos sobre como se deve agir perante os outros é o que se denomina desenvolvimento moral”. (VINHA e ASSIS, 2005, p. 161). A moral, ou a experiência moral, assim como denomina Piaget em 1932 é construída pouco a pouco através da interação com o meio, na ação “em contato com os fatos, por ocasião dos e dos choques e conflitos, e que conduz a julgamentos de valor que permitem ao indivíduo orientar-se a si próprio em cada caso particular e avaliar os atos de outrem quando lhe interessam mais ou menos diretamente”. (PIAGET, 1932, p. 139).

Desse modo pode-se entender que a educação moral é construída através da liberdade e do respeito pela liberdade do outro, ou seja, não basta o professor ministrar lições ou agir com autoridade, pois estas relações são intensas, são construídas através do diálogo e da reciprocidade entre os alunos. Estes aprenderão através de suas próprias experiências e do desenvolvimento de seu autogoverno, isto é, a vida social entre os próprios alunos, esta deve ser conduzida para o “duplo desenvolvimento de personalidades donas de si mesma e de seu respeito mútuo” (PIAGET, 2005, p. 71).

Dentro do contexto escolar o professor deve estar à frente destas idéias de modo a “dar o exemplo” para seus alunos. Não queremos afirmar aqui que as ações dos professores sejam imitáveis ou imitadas pelos alunos. Serão segundo a epistemologia genética piagetiana, mais que isso, serão no decorrer do desenvolvimento, admiradas por eles. A admiração é um sentimento propício à integração de valores morais: enquanto sentimento moral, admiro aquele a quem quero ser igual. Por esta razão é importante pensar quais são os valores que estão presentes na escola hoje, como os professores se relacionam com tais valores e como os coloca em ação em sala de aula. Assim, parece-nos apropriado, nesta condição de educar para a construção de valores, já que esses ao poderiam estar ausentes entre nós, nos cabe indagar: quais os valores que são admirados pelos professores que por sua vez, poderão ser admirados pelos alunos?

A pesquisa que agora introduzimos foi pautada a partir desta indagação.

## CAPÍTULO I

### MORAL E ÉTICA: AFINAL, O QUE QUEREMOS?

*Se para agir moralmente é preciso que a inteligência esteja convencida,  
também é preciso que o coração esteja sensibilizado.*

Yves de La Taille

Atualmente se tem falado muito em moral e ética, dois vocábulo diferentes. Entretanto, muitas vezes esses termos são empregados como sinônimos, apesar de as origens dessas palavras virem desde a antiguidade.

A palavra ética provém do grego *ethos* e pode ser escrita de duas formas: com eta (a letra **e** em tamanho pequeno) e com épsilon (a letra **E** em tamanho grande). *Ethos*, escrito com **e** pequeno, significa morada, abrigo, ou seja, casa. Tal designação, “casa”, não seria a priori, dada pela natureza, mas sim construída através da atividade humana, desse modo, podemos pensar que essa morada deve ser continuamente melhorada, pois não representa algo acabado, mas em contínua construção. De acordo com esta definição Boff (2003) reitera que *Ethos* pode ser traduzido por ética e, portanto, como “viver bem, morar bem”. Continuaria o autor: “ética tem a ver com fins fundamentais (como poder morar bem), com valores imprescindíveis (como defender a vida especialmente a do indefeso), com princípios fundadores de ações (dar de comer a quem tem fome), etc”. (BOFF, 2003, p. 28). Já a palavra *Ethos* escrita com épsilon, (o **E** grande), significa costumes, ou seja, um conjunto de valores que varia de acordo com a cultura de um povo.

Por sua vez, a palavra Moral apresenta como origem latina a palavra *mos-mores* que é utilizada para designar os costumes e valores de uma determinada cultura. Segundo Savater (1996) a palavra moral poderia ser definida como “o conjunto de comportamentos e normas que você, eu e algumas pessoas que nos cercam costumamos aceitar como válidos” enquanto ética seria a “reflexão sobre *por que* os consideramos válidos e a comparação com as outras ‘morais’ de pessoas diferentes”. (SAVATER, 1996, p. 57, grifo do autor). Pode-se dizer que uma forma de diferenciar ambas é designar o sentido da moral como um fenômeno social e o da ética como uma reflexão filosófica sobre ele. Esse fenômeno social, assim denominado, é descrito por La Taille (2006) como o fato de “todas as comunidades humanas serem regidas por um conjunto de regras de conduta, por proibições de vários tipos cuja transgressão

acarreta sanções socialmente organizadas”. E continuaria o autor: “vale dizer que toda sociedade humana tem uma moral. Mas, evidentemente, como todo fenômeno social, a moral suscita indagações”. (LA TAILLE, 2006, p.26).

A moral, como foi apresentada anteriormente, corresponde a um conjunto de regras de conduta, por esta razão cabe indagar sobre suas origens, seus fundamentos e até mesmo sua legitimidade. A essa reflexão filosófica e científica podemos dar o nome de *ética*.

Uma distinção que também pode ser adotada faz referência às fronteiras das esferas pública e privada: o conceito da moral pode fazer referência à esfera privada, como, por exemplo, a boa conduta dos pais; já o conceito de ética designaria as regras que regem o espaço público como os “códigos de ética” e a “ética na política”.

Contudo, podemos destacar que tal discussão sobre a relação entre ética e moral x público e privado não interfere, como lembraria La Taille (2006), na diferença de conteúdo. A explicação nos parece simples, pois regras como não roubar, seriam necessárias aos dois âmbitos. Dessa forma, é possível supor que a definição de ética como a reflexão sobre a moral permanece mais interessante. (LA TAILLE, 2006).

Uma forte relação existe, portanto, entre ética e liberdade. Lembraria Savater (1996) de nossa condição humana que, ao contrário dos outros seres, pode escolher nossa forma de vida, pode escolher o que é mais conveniente (viver bem, morar bem) e assim procurar um “viver bem”. Esse saber viver, a “arte de viver” pode ser chamada de *ética*.

Assim, entre os diferentes significados apresentados para moral e ética, adotaremos a definição de autores como Tugendhat (1999), La Taille (2006), Savater (1996) que atribuem à moral a referência aos deveres e a ética à “vida boa”. Dessa forma a pergunta moral seria ‘como devo agir?’ e a pergunta ética seria ‘que vida quero viver?’. Nesse sentido, pode-se observar que a primeira questão indica um sentimento de obrigatoriedade, já a segunda aponta para a vida, diz respeito às ações dos indivíduos. (TOGNETTA & LA TAILLE, 2008).

Chegamos a um ponto crucial dessas discussões: por que é importante que tomemos essas definições para a pesquisa que apresentamos? O fato é que a moral refere-se a um conjunto de regras, contudo, sabemos que mesmo havendo regras claras sobre os deveres e direitos das pessoas, isso não impede a violência. Essa questão é explicada pelo fato de que não basta os conteúdos morais serem ensinados, mas sim tomá-los como parte da vida, como sentido para se ter uma vida boa. Essa é a idéia da *Ética*, a busca de um sentido para sermos melhores, o “viver uma vida que vale a pena”. Por isso, “se tomar a consciência de um dever moral não é suficiente para que nossas ações sejam justas, generosas, é porque para assim serem é preciso que queiramos fazer o bem ao outro, mas desde que isso faça com que

também nos sintamos bem”. E ainda “se a moral, como um conjunto de deveres é inspirada pela tomada de consciência, a Ética é inspirada por uma energia ou o que chamamos de afetividade” (TOGNETTA, 2009a, p.23).

Dessa forma, pode-se entender que a escolha por um conteúdo Moral ou Ético é movida pela consciência, pelo uso da razão ao respeitar, por exemplo, o ponto de vista do outro. Entretanto, há mais do que apenas consciência nas escolhas: elas dependem de cada um como algo que move o homem “em direção ao mundo e a dar sentido ou orientá-lo para conhecer o mundo - a afetividade” (TOGNETTA, 2009a, p. 27). E o que move uma escolha? Seria o que chamamos desde Piaget (1920) de interesse, como um prolongamento da necessidade, uma espécie de querer. Normalmente, esses termos são tratados de maneira errônea como se o dever fosse mais importante do que o querer. Vejamos que não se trata de dar mais acento a um ou a outro. Para exemplificar, pode-se apresentar uma pequena sentença “eu queria muito sair, mas não pude porque prometi a minha mãe que terminaria a lição”. Neste caso, existe uma oposição entre o dever e o querer, contudo, ao refletir sobre a sentença vemos que o sujeito quer honrar sua palavra. Desse modo, o “querer” maior foi cumprir a sua palavra (sua promessa), mesmo que esta o limitasse, foi uma escolha do próprio sujeito em meio a dois “quereres” distintos. Assim, é possível, concordando com La Taille (2006) que propõe tal premissa, afirmar que “o dever é sempre um querer”.

O lugar da liberdade, como nos lembraria La Taille (2006), está associado ao querer e ao dever já que o sujeito moral é um sujeito livre “porque é ele mesmo quem decide agir por dever”. Dito de outra forma, somente é moral quem assim o quer. Aliás, “se assim não fosse, a noção de responsabilidade não teria sentido (...). A oposição entre o querer e o dever não se sustenta, portanto” (LA TAILLE, 2006, p. 54).

Deste modo, o principal questionamento está no fato de saber por que algumas pessoas agem moralmente e outras não. Não se trata de uma oposição entre o querer e o dever, mas sim de “quereres” diferentes, em que alguns são relacionados à moral e outros não. Esse verdadeiro “querer” é parte do eu, e é neste ponto que os sujeitos se diferenciam, nas suas chamadas “representações de si” que incorporam valores morais ou não. Esses são conteúdos dessas representações que se tem de si mesmo. Nesse sentido, parece-nos necessário ampliar um pouco mais nossas discussões trazendo à tona uma reflexão sobre os valores que se pode incorporar à identidade humana.

**CAPÍTULO II**  
**OS VALORES QUE TEMOS E QUE QUEREMOS:**  
**SERIAM VALORES MORAIS?**

*Aquele que nem a razão nem a  piedade impelem  
a socorrer os outros chamamos justamente de inumano,  
pois não se parece com um homem.*  
André Comte-Sponville.

Primeiramente, antes de iniciar tal reflexão faz-se necessária uma ponderação sobre uma dúvida comum: a confusão entre desenvolvimento moral e a construção de valores pessoais como ser bom, honesto, fiel... (VINHA, 2000).

Um dos autores que buscou entender o desenvolvimento moral da criança foi Jean Piaget. Para ele, o importante não eram os valores em si, mas o porquê de estes serem seguidos, ou seja, como se dá sua construção. Piaget afirma que “toda moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda a moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por estas regras” (PIAGET, 1994, p. 23). Desse modo, podemos afirmar que para Piaget a importância da moral não está relacionada ao fato de o indivíduo aceitar ou simplesmente seguir valores e sim no que move o indivíduo a seguir esses valores.

Em relação ao desenvolvimento moral podemos dizer que este é um processo de construção interna, assim como a inteligência, mas que se constitui nas interações que o sujeito tem com o meio.

Por sua vez, como destaca Puig (1988), os valores funcionam como “guias de conduta”, estes atuam quando o sujeito entra em contato com situações complexas, ou seja, estes são utilizados pelo sujeito favorecendo um comportamento pessoal mais orientado, o que facilitará a tomada de decisões. Entretanto, assegura o autor “manter uma conduta orientada por valores tornou-se uma tarefa cada vez mais difícil. No contexto cultural das sociedades plurais e abertas definem-se e convivem múltiplos valores distintos”. E continua o autor: “valores inclusive contraditórios que de modo inevitável tendem a criar desconcerto e desorientação nos sujeitos”. (PUIG, 1988, p. 37).

Agora pensemos: se discutimos anteriormente que os valores morais são investimentos, ou escolhidos pelo próprio sujeito e, portanto, que a moral depende de uma

construção interna, como diria Piaget, sempre na interação com o meio, como deve ser esse “meio escolar” tão responsável pela formação de valores morais?

Infelizmente, dentro do ambiente escolar é freqüente o uso de punições e castigos para *servir de exemplo* às crianças. Assistimos as escolas se utilizarem do medo e da obediência para educar moralmente, como se a construção da autonomia, ou de uma personalidade ética que aja bem, que respeite ao outro fosse a internalização por um processo de simples cópia ou resultado de um modelo de produção de estímulo-resposta e neste caso, de “castigo” e “modelagem”. Infelizmente, pouco se sabe sobre como se dá o desenvolvimento moral de nossas crianças e adolescentes. E, portanto, pouco se sabe sobre como intervir e onde, de fato, precisamos “mexer”: “é no querer desses meninos e meninas que nós precisamos mexer. Para serem bons, solidários, honestos, ou seja, para agirem com ética, esses jovens e crianças precisam desejar assim serem”. (TOGNETTA, 2009a, p. 29).

Por certo, permitir e auxiliar nessa construção de valores morais não é uma tarefa fácil, para nenhum de nós. Se concordarmos com Piaget (1932) e com Turiel (1986) de que é o adulto que insere a criança no mundo da moral, ou, em outras palavras, é o adulto que interfere significativamente no processo de construção das regras pelas quais a convivência com valores morais é possível, precisaremos de adultos em quem podemos confiar. Adultos que sejam antes, pessoas que saibam dos princípios pelos quais as regras existem. Foi pensando neste aspecto que a atual pesquisa foi tomando forma, diante da importância que os valores dos professores trazem dentro do ambiente escolar e, principalmente em relação às crianças que os têm como “exemplo”, os admiram. Passemos então, a discutir esse importante sentimento moral.

## **2.1 O sentimento de admiração: diga-me o que te admiras que eu te digo qual é a tua moral**

Entre 2 e 7 anos a criança está no processo de construção de novos esquemas de ação, e imita as ações das outras pessoas. Contudo, essa espécie de imitação de um modelo não se dá ao acaso: “se a criança o valoriza tenderá a imitá-lo; por conseguinte, quanto mais esses comportamentos forem adequados, melhor” (VINHA, 2000).

Lembra-nos Vinha (2000) que diferentes pesquisas já confirmaram que quanto mais a pessoa é valorizada pela criança pequena mais ela a imita. Dessa forma, quanto mais o sujeito for valorizado pela criança mais ela vai atribuir essa qualidade a si mesma. Estamos então,

falando que, progressivamente, o ato de imitar que já no seu início não é algo involuntário, vai se tornando cada vez mais, admirar. O admirar seria, portanto, “uma superação da simples imitação do modelo exterior, poderemos pensar que tal sentimento significará muito mais uma projeção dos mesmos valores em si em relação a quem se admira” (TOGNETTA, 2009b, p. 138-139).

Ollé-Laprune, segundo Lalande (1996, p. 30), define a admiração como um impulso, como uma inquietação, busca ou curiosidade. Segundo ele, seria uma espécie de alegria confiante que desabrocha o ser na posse sempre acrescível de uma realidade infinitamente rica e boa”. Assim, admirar nos parece ser buscar em algo ou em alguém aquilo que se estima e que se preza como melhor.

Admirar, portanto, poderia ser tomado como sinônimo de valorizar: o que elegemos como valor, é o que admiramos. Nesta perspectiva, sem dúvida, piagetiana, o que admiramos indica quais são os valores que temos, morais ou não, escolhidos, eleitos e pretendidos ou que dão sentido à vida que buscamos (TOGNETTA, 2009). Assim, este sentimento não está presente somente entre as crianças pequenas, mas também em adolescentes e em adultos, pois pode se expressar através de nossas escolhas. Dessa forma, ao saber o que uma pessoa admira podemos entender a sua moral.

Vejamos onde queremos chegar: se estamos preocupados com a formação moral de nossas crianças e adolescentes e se sabemos que para a concretização de tal objetivo, precisamos de adultos que sejam admiráveis, podemos nos indagar: o que os professores, que são aqueles aos quais a criança poderá admirar, elegem como valores para suas vidas? Ou, em outras palavras, o que admiram? Essa é para nós a pergunta geradora dessas discussões que seguirão. Antes, porém, de passarmos à pesquisa que tal questão gerou, é preciso ainda que apresentemos um pouco do espaço em que esses professores estão inseridos: a escola.

**CAPÍTULO III**  
**A RESPONSABILIDADE DE EDUCAR MORALMENTE:**  
**A ESCOLA E SEU PAPEL**

*O respeito à dignidade do outro é um imperativo ético  
e não um favor que podemos prestar às crianças.*

Paulo Freire

Pesquisas recentes afirmam que o maior desafio que a escola enfrenta hoje é o que os professores chamam “ora de indisciplina, ora de violência, ora de agressividade, ora de falta de respeito por parte de seus alunos, ou seja, os conflitos” (TOGNETTA & VINHA, 2011, p. 11-12). Assim, “podemos perceber que em muitas escolas os conflitos são vistos como problema, são atípicos e não fazem parte do ambiente escolar, sendo vistos rigorosamente como um *perigo*”. (TOGNETTA & VINHA, 2011, p. 11-12).

Tal “falta de respeito” é vista pela escola, sobretudo, como um problema de indisciplina, já que os conflitos são gerados pelo não cumprimento da ordem dada pela escola. Devemos entender o que os professores esperam dos alunos ditos “disciplinados” e como estes devem se “portar” diante das regras da escola. Uma tendência comum é relacionar a disciplina à obediência e à submissão. Desse modo, o aluno indisciplinado é caracterizado como incapaz de se ajustar às normas e aos padrões de comportamento esperados pela escola. Torna-se frequente, como lembra Vinha (2000) ver professores definirem “medidas extremamente autoritárias justificando-se dizendo que essas atitudes são necessárias para que a aprendizagem aconteça ou para que ocorra um andamento do trabalho”. E continuaria a autora: “é o caso das normas de: não conversar (ou só falar quando solicitado), ficar sentado todo o tempo de duração das aulas, prestar atenção, não ficar fazendo outra coisa que só aquilo que o professor ordenou, não se movimentar pela sala, etc. (VINHA, 2000, p. 134).

Pesquisas recentes constatam que nas escolas onde as relações entre professores e alunos são baseadas no respeito unilateral e na coação, pode-se perceber que a heteronomia é vigente e que, portanto, poucas virtudes podem ser de fato, percebidas entre aqueles que neste ambiente convivem. (VINHA, 2000; TOGNETTA, 2003).

Neste ambiente escolar, podemos observar que as regras são impostas pela autoridade, os alunos são obrigados a obedecê-las e não há uma possibilidade de participação destes no processo de criação/discussão das regras.

Contudo, o verdadeiro papel escola não seria auxiliar o crescimento de pessoas ativas? Esse objetivo, embora característico de todo plano escolar, não parece estar sendo atendido na maioria das escolas. Inserir a criança na escola ainda hoje, significa “inserir a criança numa cultura disciplinar, num espaço organizado para que todos os alunos sejam iguais, para que todos se comportem da mesma maneira, para que todos aprendam do mesmo jeito, no mesmo ritmo (como se isto fosse possível)”. (VINHA, 2000, p.135).

A escola é assim, um ambiente conduzido através de inúmeras normas e regras que são impostas apenas para o controle, sustentando a chamada “disciplina”. Ou então, pelo contrário, teremos uma escola em que o *laissez-faire* é predominante (MENIN, 2002). Neste, a escola não adota um código de valores, mas sim cada professor trabalha o valor como uma questão pessoal. Parece-nos que dentro destas escolas a situação se torna ainda mais difícil, pois podemos encontrar professores que incentivam “a competição entre os alunos ancorando-se no fato de que a sociedade atual predomina o ‘cada um por si’ ou o ‘vence o mais forte’ ou ainda, outros, como lembra Menin (2002) completamente indiferentes às questões morais, pois consideram a moral “como um assunto particular” (MENIN, 2002, p. 95). Dentro desse tipo de ambiente escolar os alunos ficam confusos diante das diferentes posturas dos professores e já não sabem como podem obedecê-los sem infringir uma regra dada pelo outro.

A partir dos resultados de uma pesquisa apresentada por Menin (2000) podemos constatar que em muitos casos o controle para manter a disciplina na escola é feito pela polícia (uma autoridade externa) ou apenas pela direção, ou seja, o problema não é discutido com os alunos, estes que vivenciam as situações, a solução pronta é apenas imposta e, mais uma vez, é externa aos sujeitos.

Numa pesquisa recente, Lukjanenko (1995) investigando os estágios de desenvolvimento moral de professores em exercício, encontra grande parte dos professores num nível pouco evoluído. Para esses professores, (que estão no nível 2 do desenvolvimento moral classificado por Kohlberg), o valor moral vale apenas para a preservação “das expectativas da família ou do grupo a que pertence o sujeito. Ainda não há autonomia – o sujeito como ser social ainda não é autônomo” (LUKJANENCO, 1995, p. 66-67). Diante dos resultados apresentados por essa pesquisa foi possível concluir que a maioria dos professores ainda não possui uma moral autônoma que se conserve em diferentes situações. Qual a consequência de tal fato? A resposta a essa pergunta parece poder ser dada com outra

indagação: como homens heterônomos poderão formar sujeitos autônomos? De fato, “se os professores tiverem níveis mais elevados de juízo moral, provavelmente seus alunos também terão” (LUKJANENCO, 1995, p. 131). É o que acreditamos. Neste sentido, a presente investigação poderá contribuir para pensar talvez a própria formação moral de professores que, como responsabilidade, têm a tarefa de educar moralmente, entre outras tantas.

## CAPÍTULO IV

### A PESQUISA EMPÍRICA: O QUE OS PROFESSORES ADMIRAM?

*Amar é admirar com o coração. Admirar é amar com o cérebro.*  
Theophile Gautier

Como já apresentado, a postura do professor dentro do ambiente escolar interfere diretamente na formação moral dos alunos. Dentro deste contexto é importante discutir sobre o papel da admiração na escola e sua influencia para os alunos, pois estes admiram aqueles que almejam ser iguais, não aos pares, neste caso os alunos admiram os que têm mais experiências, os que “sabem mais” (TOGNETTA, 2009b, p.140). Diante desta realidade a pesquisa realizada foi pautada na questão: *Haveria valores morais admiráveis nas representações de si dos professores?*

Dessa forma, o objetivo da pesquisa consistiu em investigar o que estes educadores elegem como valor admirável e ainda se haveria valores morais indicados nas suas representações de si (que podem ter um caráter individualista, estereotipado ou ético) dos professores.

Para a pesquisa de campo de caráter quantitativo e qualitativo foi utilizado como método de investigação um questionário escrito para ser aplicado junto aos professores das escolas selecionadas. Foram escolhidas, intencionalmente por conveniência, escolas públicas e particulares da região de Campinas, e o questionário foi respondido por professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental. A escolha dos professores foi aleatória, obedecendo ao critério de decisão do entrevistado de participar ou não da investigação. Participaram desse estudo 370 professores.

#### **4.1 O estudo – a admiração**

O presente estudo foi baseado numa pesquisa realizada por Tognetta e La Taille (2009) que consistia em duas questões sobre o sentimento de admiração: a primeira referente à presença desse sentimento em relação aos outros, e a segunda em relação si mesmo, ou seja, referente à como o sujeito pensa ser visto pelos outros.

Através das respostas dadas permitiu-se verificar os tipos de “valores” que os indivíduos admiram e, portanto, o que julgam valor e incorporam à sua identidade. A partir dessa análise as respostas foram divididas em três categorias: as individualistas – nas quais não há inclusão de outrem, os valores estereotipados, que correspondem aos traços de caráter convencionais e o caráter ético, na qual estão presentes os valores morais.

Ao falar o que é admirável estamos indicando o que valorizamos como imagem ideal. Nesse sentido, “pode-se aspirar a uma imagem ideal enquanto um valor no qual se projetam esforços para atingi-lo e tê-lo na própria escala de valores. Em outro sentido, é uma imagem ideal exatamente porque preserva aqueles valores que se tem e que se conserva” (TOGNETTA, 2009b, p. 181).

A partir de tal proposição, após a categorização das respostas dadas às duas perguntas, o método consistiu em comparar as categorias emergentes dessas para saber se existe uma conservação da mesma categoria em ambas as respostas. Baseados em Piaget (1932), quando afirma que a moral é conservação de valores, os valores que se conservam nas categorias descritas podem apontar um conteúdo incorporado às representações de si desses sujeitos.

As respostas que não se conservam também são propícias para uma análise já que podem representar uma não conservação de valores.

Ditas tais considerações, passemos às apresentações dos dados obtidos.

## CAPÍTULO V

### APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

*A beleza do espírito causa admiração.*  
Bernard Fontenelle

Ao analisar as repostas dos professores, vale ressaltar que foram encontradas poucas “explicações”, a maioria das respostas era apresentada apenas com uma ou duas características que o sujeito elegia como admirável, desta forma, as análises foram mais difíceis de serem realizadas.

Começamos pela primeira questão. O quadro 1 apresenta algumas das categorias encontradas a partir das respostas dos sujeitos.

**QUADRO 1. CATEGORIAS ENCONTRADAS PARA A PERGUNTA**  
**“O QUE VOCÊ ADMIRA NAS PESSOAS?”**

<b>AE – Individualismo</b>	<b>BE – Caráter ligado aos estereótipos</b>	<b>CE – Caráter ético</b>
Controle da fala	A coragem de enfrentar desconhecidos na exigência do direito	Respeito ao próximo
Liderança	Pessoas verdadeiras, batalhadoras	Fidelidade
Busca de novas metas	Dedicação	Honestidade
Conhecimento	Transparência	Generosidade
Fazer as coisas com vontade	Dedicação	Valores
Conhecimento, cultura	Capacidade de ouvir	Bondade
Pessoas inteligentes	A fé, a vontade de atingir algo	Pessoas justas, honestas
Lutar para superar os	Caráter	Solidariedade
Bom humor	A clareza, as pessoas serem verdadeiras	Lealdade
Força para superar os trabalhos	O amor que elas têm por outra pessoa	Sinceridade, altruísmo

Para realizar a classificação das respostas encontradas utilizamos como base os estudos de Tognetta e La Taille (2009), dessa forma denominamos de Categoria AE aquelas que remetem a respostas individualistas, ou seja, respostas que não fazem a inclusão de outrem, nem referência à moral. Tomemos como exemplo, o que indica o sujeito 88F/BPef<sup>1</sup>,

<sup>1</sup> A pesquisa contém a classificação dos sujeitos apenas por sexo, escola, período escolar e idade. Neste caso: sujeito 88, feminino, Bragança Paulista, ensino fundamental.

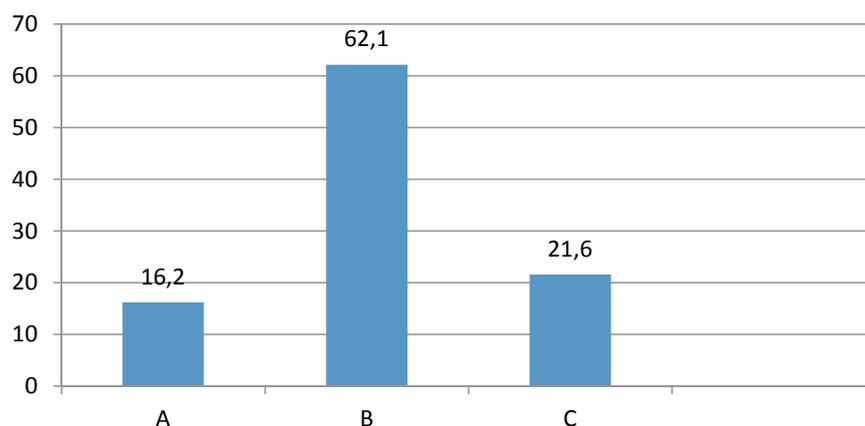
37 anos, por exemplo, algo admirável é que a pessoa “tenha conhecimento, cultura”, ou ainda “pessoas inteligentes” (12F/Cef<sup>2</sup>, 48 anos).

Denominamos de categoria BE aquelas que compreendem o outro, fazem referências a traços de caráter, entretanto, as distinções ainda se apresentam bastante estereotipadas, ou seja, não fazem referência a um caráter totalmente ético. Por exemplo, para o sujeito 27F/Cef, 28 anos, “a dedicação e a capacidade de ouvir” foram eleitos como admiráveis, assim como “a força de vencer as adversidades” para o sujeito 26F/BPei, 35 anos não denotam que um conteúdo ético propriamente dito para com o outro esteja em jogo.

Já a categoria CE engloba as respostas que remetem às virtudes morais que apontam para a personalidade ética, ou seja, “essa seria uma categoria mais elevada: ela conserva a dimensão do ‘com e para o outro’” (TOGNETTA, 2009b, p. 184). Desse modo, o sujeito 54F/Cef, 47 anos, admira “a lealdade, solidariedade, o respeito pelo outro”.

Na figura a seguir podemos constatar as porcentagens encontradas entre as respostas dos sujeitos quanto ao que admiram nos outros. Dessa forma consideramos: AE – a categoria do individualismo, BE – a categoria dos estereótipos e CE – a categoria do caráter ético. Podemos ver que pouco mais da metade das respostas dos sujeitos, 62,1% estão na categoria B, enquanto a categoria C apresenta 21,6% das respostas dadas. A categoria A apresenta a menor porcentagem com 16,2%.

**FIGURA 1. DISTRIBUIÇÃO DAS RESPOSTAS PARA A QUESTÃO: O QUE A PESSOA FAZ PARA QUE POSSA MERECEER A SUA ADMIRAÇÃO?**



A segunda pergunta é referente ao que os outros podem julgar admirável nas ações dos sujeitos, ou seja, tais respostas parecem estar ligadas às imagens que os sujeitos têm de si. No

<sup>2</sup> Sujeito 12, sexo feminino, Campinas, ensino fundamental.

quadro a seguir estão representadas algumas das características encontradas divididas em categorias.

**QUADRO 2. CATEGORIAS ENCONTRADAS PARA A PERGUNTA  
“O QUE AS PESSOAS PODEM ADMIRAR EM VOCÊ?”**

<b>AE – Individualismo</b>	<b>BE – Caráter ligado aos estereótipos</b>	<b>CE – Caráter ético</b>
Meus Pés	Justiça	Honestidade, lealdade
Minha espontaneidade	Responsabilidade	Sinceridade, senso de humanidade
Minha boa vontade	Sinceridade	Caráter, ética
Falar o que penso	Meu comprometimento	Honestidade
Ser determinada	Calma	Colaboração, doar-se
Meu profissionalismo	Dedicação	Simpatia, gentileza
O prazer em realizar meu trabalho	Companheirismo, alegria	Cumplicidade, carinho
Meu senso de humor	Tranqüilidade	Verdadeira, honestidade
Minha organização	Minha parceria	Respeito ao próximo
Como eu enfrento a vida	Bom humor, ser verdadeiro	Amor, atenção, fidelidade

Podemos apresentar como exemplos da categoria AE cujas respostas expressam certo individualismo, as respostas dos sujeitos que falam sobre beleza física e características pessoais e assim se caracterizam pela ausência de conteúdos morais. Podemos citar como exemplo: “o meu dom culinário” (63F/Cef, 47 anos), “os meus pés” (1F/BPef, 35 anos) e “o meu bom humor” (54F/Cef, 47 anos).

Na categoria BE estão os chamados estereótipos, como carinho, educação, atenção, simpatia, estes “compreendem apenas as disposições do caráter que são distintamente apreciadas socialmente em cujas respostas não pudemos perceber uma correspondência com as virtudes morais propriamente ditas” (TOGNETTA, 2009b, p. 187). Desse modo podemos citar como exemplo do que os sujeitos admiram em si: “ser amiga, companheira” (7F/BPei, 36 anos), ou ainda “respeito, atenção e o bom tratamento que tenho com as pessoas” (107F/Cef, 47 anos). Ainda dentro dessa categoria foram encontradas muitas respostas que elegem a determinação e a boa educação como algo admirável, novamente não havia clareza do conteúdo ético presente nessas questões.

Já na categoria CE estão às respostas que fazem referencia ao caráter ético, pois apresentam algumas virtudes. Por exemplo, os sujeitos podem admiram a “minha honestidade, vontade de querer fazer sempre o bem, ajudar as pessoas” (83F/BPef, 43 anos)

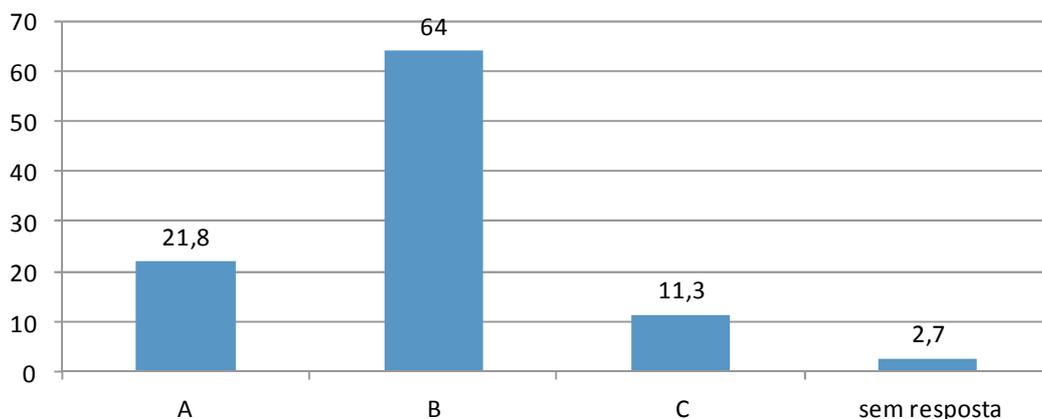
ou ainda “minha amizade, colaboração, ‘doar-se’ ao outro” (92F/Cef, 49 anos). É importante esclarecer que as respostas foram analisadas observando-se o conteúdo dessas, no sentido de identificar o todo e não as partes que as compunham. Tomemos o exemplo dado: o conteúdo amizade também fora destacado em outra categoria, dos estereótipos, mas, neste caso, a junção com outros conteúdos como a “colaboração” e o “doar-se aos outros” foi considerado por nós como num nível superior.

Para esta questão em especial, observamos também um fato interessante: tivemos que identificar mais uma categoria para a análise, pois alguns sujeitos não responderam a pergunta, alguns deixaram em branco e outros simplesmente escreveram “não sei” (127M/Cef, 60 anos).

Na figura a seguir estão representadas as respostas dos sujeitos quanto ao que podem admirar em si mesmos. Dessa forma apresentamos mais uma categoria para classificar as respostas dos sujeitos que não responderam a questão, o que pode supor um certo empobrecimento das imagens que os mesmos têm de si diante dos outros.

Ao analisar os dados encontramos algumas diferenças em relação à primeira questão, houve novamente uma disparidade entre as categorias encontradas: 64% das respostas apontam novamente para conteúdos estereotipados enquanto 21,8% atribuem-se conteúdos mais individualistas, apenas 11,3% apontam para o caráter ético e 2,7% não responderam a questão. Os dados podem ser observados no gráfico abaixo:

**FIGURA 2. DISTRIBUIÇÃO DAS REPOSTAS PARA A QUESTÃO: O QUE AS PESSOAS PODEM ADMIRAR EM VOCÊ?**



Após classificar estas categorias nos questionamos: poderíamos encontrar uma *conservação de valores* entre as ações admiráveis nos outros e os aspectos admiráveis em si?

Para realizar esta análise comparamos as respostas dos sujeitos e verificamos quais deles mantinham a mesma categoria em suas respostas.

A seguir estão representados os resultados encontrados: 7,2 % das respostas dos sujeitos são conservadas em AE, ou seja, apresentam características individualistas, já 39,4 % das respostas se conservam em BE, os estereótipos, apenas 5,4 % das respostas se conservam em CE, categoria que corresponde ao caráter ético e 47,8 % não se conservaram em nenhuma das categorias. Esses dados podem ser visualizados através da tabela a seguir.

**TABELA 1. DISTRIBUIÇÃO DAS RESPOSTAS DE CONSERVAÇÃO DAS CATEGORIAS.**

<b>CATEGORIAS</b>	<b>FREQUENCIA</b>	<b>PERCENTUAL</b>
<b>AE</b>	<b>28</b>	<b>7,57</b>
<b>BE</b>	<b>149</b>	<b>40,27</b>
<b>CE</b>	<b>20</b>	<b>5,41</b>
<b>NC<sup>3</sup></b>	<b>173</b>	<b>46,76</b>

Na tabela encontramos os dados das três escolas totalizando as respostas de 370 professores. Entretanto desejávamos verificar se haveria diferença entre as distribuições das categorias nas escolas pesquisadas.

As escolas que participaram da pesquisa foram escolhidas por conveniência na região metropolitana de Campinas. São escolas da rede particular e pública, desse modo, a pesquisa também buscou verificar se haviam diferenças na concepção sobre os valores admirados pelos professores nas diferentes instituições.

A partir dos dados coletados pudemos perceber que a distribuição das categorias não se diferencia nas escolas, o número de respostas em cada categoria é semelhante.

Para uma melhor visualização destes dados, a tabela a seguir mostra a distribuição das respostas de conservação das categorias nas três escolas pesquisadas.

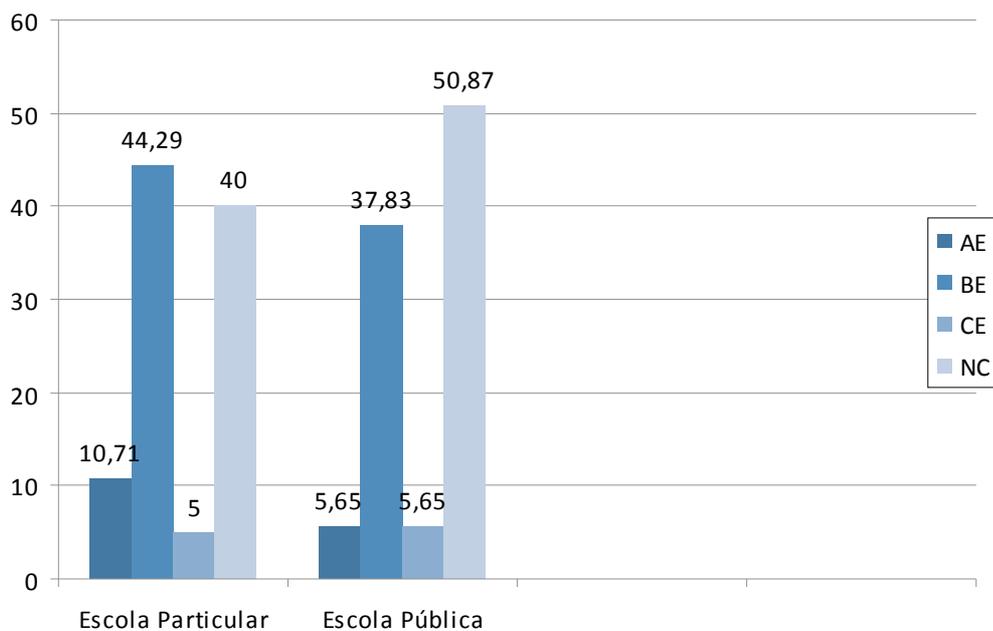
<sup>3</sup> NC: não conservam

**TABELA 2. DISTRIBUIÇÃO DAS RESPOSTAS DE CONSERVAÇÃO DE VALORES DAS CATEGORIAS NAS DIFERENTES ESCOLAS.**

	ESCOLA	ESCOLA BP <sup>4</sup> ENS.	ESCOLA BP ED.
<b>AE</b>	15	4	9
<b>BE</b>	62	37	50
<b>CE</b>	7	6	7
<b>NC</b>	56	53	64
<b>Total de prof<sup>a</sup></b>	140	100	130

Após a comparação da frequência das respostas entre as escolas, analisamos uma comparação entre o percentual de distribuição das categorias em cada uma delas para observarmos se haveria diferença entre as escolas públicas (Educação Infantil e Ensino Fundamental de Bragança Paulista) e escolas particulares (Campinas) para uma melhor visualização desses percentuais apresentamos a figura a seguir.

**FIGURA 3. COMPARAÇÃO ENTRE AS CATEGORIAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PARTICULARES.**

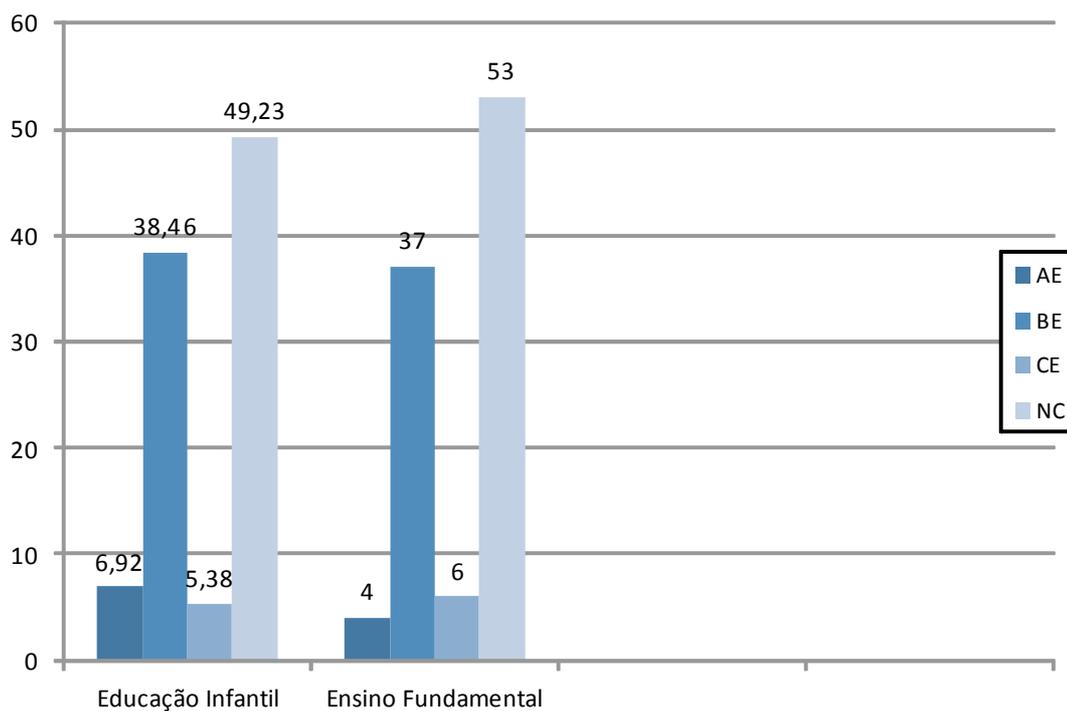


<sup>4</sup> Bragança Paulista.

Através dos percentuais podemos ver que as categorias BE – categoria estereotipada e NC - que não conservam, apresentam altos índices em ambas comprovando que alguns índices permanecem semelhantes, ou seja, não depende do tipo de escola, pública ou particular, os índices se conservam. Em ambas podemos ver que o caráter ético (CE) não alcança mais do que 6 %, enquanto o caráter individualista (AE) chega a alcançar 10,7 % na escola particular. Os dados foram obtidos através da aplicação do teste Qui-quadrado ( $p$  – valor= 0.1061), apontando que não houve diferença significativa entre as escolas.

Posteriormente indagamos se haveria diferença significativa entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Para uma melhor visualização dos percentuais apresentamos a figura a seguir.

**FIGURA 4. COMPARAÇÃO ENTRE O QUE ADMIRAM OS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL.**



Após a aplicação do teste Qui – quadrado ( $p$  – valor= 0.7814), podemos observar que não houve diferença significativa entre as respostas de professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, mais uma vez, os dados se mostraram semelhantes.

Também procuramos comparar a idade dos professores, uma vez que a variação foi de 22 a 65 anos. Para uma melhor visualização apresentamos a tabela a seguir:

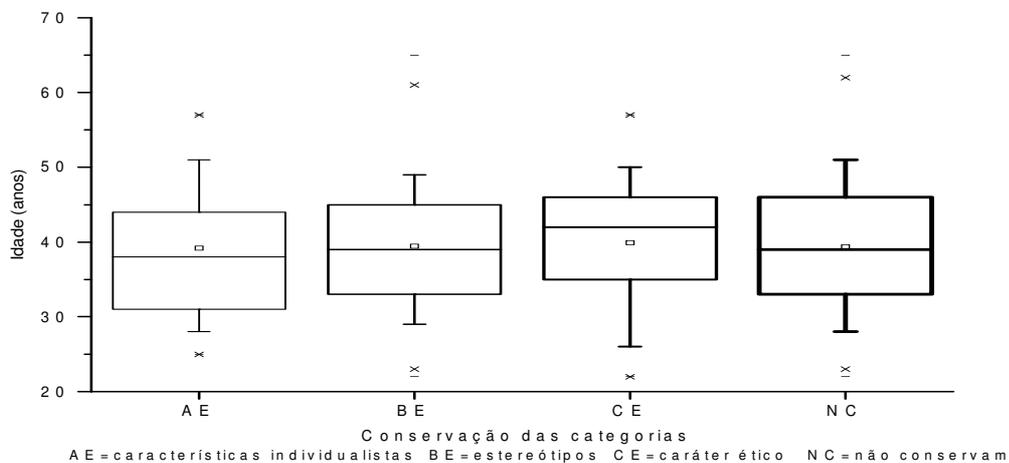
**TABELA 3. COMPARAÇÃO DA IDADE DOS PROFESSORES QUANTO AO QUE ADMIRAM.**

Categorias	Total	Média	Idade Mínima	Mediana	Idade Máxima
AE	28	39.1	25	38	57
BE	149	39.4	22	39	65
CE	20	39.9	22	41	57
NC	173	39.3	22	39	65

De acordo com as variáveis encontradas, idade e percentual em cada categoria, pudemos constatar a ausência de diferenças significativas que podem ser visualizadas com o auxílio do gráfico a seguir. A “caixa” sempre é formada pelo percentil de 25%, 50% e 75% analisando as linhas de baixo para cima, já as linhas fora da caixa mostram a idade dos sujeitos: a idade mínima (abaixo da caixa) e a idade máxima (acima da caixa). A linha dentro da caixa corresponde à mediana e o quadrado pequeno (localizado próximo à linha) à média em cada categoria.

Ao analisarmos o gráfico podemos notar que apesar da média de idades, a mediana varia pouco dentro de cada categoria. Através do teste de Kruskal – Wallis ( $p$  – valor= 0.9591) podemos comprovar que não houve diferença significativa da idade em função do tipo de representação de si entre os professores.

**FIGURA 5. COMPARAÇÃO ENTRE AS IDADES QUANTO AO QUE ADMIRAM OS PROFESSORES.**



A partir da visualização do gráfico (Box-plot) podemos observar uma posição similar entre os professores, contudo, ainda que não seja significativa, uma pequena diferença entre sujeitos mais velhos pode ser observada na categoria CE. Isso significaria dizer que sujeitos mais velhos parecem conservar mais valores éticos, o que não é possível afirmar com certeza, já que o teste estatístico aplicado nos indica que tal diferença é pouco significativa.

## 5.1 Discussão

A partir dos dados apresentados podemos pensar na realidade escolar de hoje, em que grande parte dos professores seguem estereótipos sociais. Ao comparar os dados encontrados em pesquisas anteriores (TOGNETTA & LA TAILLE, 2008) podemos observar um triste fato: meninos e meninas adolescentes parecem indicar mais conteúdos éticos admiráveis que os professores que participaram desta atual investigação.

Contudo, se levarmos em consideração a pesquisa de Lukjanenco realizada também com professores, nossos dados indicam certa concordância com tal investigação. A autora encontra baixos índices de desenvolvimento moral ao constatar que a maioria dos professores expressam respostas de estágios 2 e 3 segundo a classificação utilizada por Kohlberg. Ao observarmos os resultados de nossa pesquisa podemos perceber que poucas são as respostas cujos valores éticos estão conservados. Há duas questões importantes quando encontramos tal resultado: primeiro, isso significa que os valores morais admirados por nossos professores são fracos, pois não se conservam. Em segundo lugar, são mais valorizados aqueles que se referem ao que a sociedade prega, apontando que nossos professores tendem a certa heteronomia, já que seguem a estereótipos sociais.

É preciso considerar que há algo bom nessas respostas: poucos são os valores individualistas. Este dado deve ser considerado importante para pensar a tarefa de alguém que tem a responsabilidade de educar moralmente. Sabemos que o papel do professor, dentro da sala de aula, é essencial para que os alunos conquistem a sua autonomia, assim como afirma La Taille (1999) “as instituições educacionais não são lugar de exercício da autonomia, mas sim de sua conquista” (p. 13), ou seja, dentro deste contexto os professores devem levar seus alunos a construir conhecimentos e saberes para que eles alcancem a autonomia em relação aos conhecimentos, se sintam seguros em relação a uma determinada área de saber e mais que isso, que possam integrar à sua identidade valores morais. O autor ressalta que o papel da escola, como um direito das crianças, consiste em garantir a conquista da autonomia e da liberdade, entretanto a escola também deve ensinar que a autonomia e a liberdade “não os subtraem a certas exigências do convívio social” (LA TAILLE, 1999, p. 19). Dessa forma,

podemos compreender o duplo objetivo da educação. O que isso significa para nossos dados? Esta é nossa grande preocupação, pois ao elegerem conteúdos estereotipados, ainda que façam alusão ao caráter como ser educado, polido, companheiro, esses professores podem não se ater ao princípio maior que está em jogo: conviver bem significa que a todos se deve respeito e não somente àqueles que são próximos; ter ética, significa mais do que ser educado ou gentil – significa indignar-se diante das situações de injustiça, significa ser tolerante a qualquer diferença. Nossos dados parecem indicar que esses conteúdos devem persistir mesmo que se mudem os valores adotados culturalmente, pois estes valores se mostram pouco presentes nas representações dos professores.

Ao observarmos os objetivos das escolas públicas e particulares podemos perceber que em sua totalidade há referência a uma formação para a cidadania, para o convívio social, entretanto encontramos um vazio em relação a sua prática, não basta à escola dizer que seu maior objetivo é a formação de cidadãos autônomos enquanto não há uma política curricular e pedagógica explícita, na qual se trabalhe efetivamente com esses valores.

Os próprios professores, que tem um papel essencial na formação de cidadãos autônomos, pouco sabem como fazer para que esse objetivo seja efetivamente cumprido. A partir dos dados apresentados em uma pesquisa realizada por Tognetta (2010) podemos perceber que professores e alunos atribuem o mesmo valor às regras morais e convencionais, infelizmente, apontando um panorama da escola, no qual os próprios formadores não têm clareza dos princípios pelos quais uma regra deva existir.

As constantes depredações, violências e situações de agressões que são apresentadas diariamente nos telejornais ou em outros veículos de comunicação parecem nos mostrar que a escola talvez não esteja oferecendo aos alunos “algo que eles querem, mas que não sabem formular” (LA TAILLE, p. 29).

## CAPÍTULO VI CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Admiramos o mundo através do que amamos.*  
Alphonse de Lamartine

O estudo apresentado procurou indicar os conteúdos que professores de escolas públicas e particulares do Estado de São Paulo elegem como admiráveis. Podemos concluir através dos dados apresentados que grande parte dos professores pouco apresenta conteúdos de caráter ético em suas representações de si. Dessa forma, nos indagamos: como poderão proporcionar um ambiente em que estejam presentes os valores morais?

Os dados apresentados por nossa pesquisa nos parecem preocupantes, pois assim como afirmam Vinha e Assis (2005),

o professor tem uma responsabilidade muito grande, pois inúmeras pesquisas comprovam que ele não apenas exercerá influências na formação do aluno, mas a sua postura dentro de sala de aula e o ambiente sociomoral oferecido serão decisivos para a futura autonomia intelectual deste. (VINHA E ASSIS, 2005, p. 183).

Como o professor poderá oferecer este ambiente moral se os valores que estão presentes em suas representações de si pouco se aproximam de princípios morais que sustentam as relações entre as pessoas? Estamos assistindo escolas vazias em relação à educação para valores morais, escolas que não procuram investir de forma efetiva na formação de professores que, como vimos, parecem precisar de espaços para a construção de sua própria moral.

Ao atentar para este aspecto vale ressaltar que tal falta de formação de nossos professores não é apenas um problema brasileiro, nem tão pouco um problema atual: há algum tempo atrás o sociólogo francês François Dubet conduziu uma pesquisa com professores de escolas públicas de Paris e constatou que a formação do professor é completamente falha no que diz respeito a como conduzir as relações interpessoais na escola. Afirma ele que tal formação de professores “deveria ser mais ágil, muito mais longa e muito menos ideológica” (DUBET, 1997, p. 230).

Infelizmente, muitas escolas pretendem construir um trabalho de intervenção aos problemas morais sem modificar conceitos essenciais como a concepção que seus professores

têm sobre educação, a função da escola, a indisciplina, e principalmente como se dá a construção da autonomia pela criança e pelo adolescente. Devemos entender que é preciso reconstituir como um todo o processo de ensino aprendizagem, assim como afirma Vinha e Assis (2005):

não se trata mais de como se ensina, mas de como se aprende e de como oferecer as experiências necessárias para que a aprendizagem ocorra. Sem essas mudanças de paradigma, tenta-se fazer um trabalho diferente, mas que é avaliado, continuamente, por meio de modelos antigos, o que gera insegurança e frustração. (VINHA e ASSIS, 2005 p.186).

O processo de avaliação e de formação de professores ainda é antigo. É emergente, na atualidade, o número de graduações que não trabalham com a questão das relações interpessoais e, com o avanço da educação à distância (EAD), principalmente na área de pedagogia essa temática fica ainda mais difícil de ser trabalhada, na maioria das vezes ela não é conhecida pelos professores.

Ao discutir sobre a formação de profissionais é essencial pensar na formação continuada, entretanto, devido à extensa carga horária de trabalho nas escolas e a falta de incentivo por parte das mesmas esse tipo de formação fica em segundo plano. É necessário que os profissionais, principalmente aqueles que trabalham com educação estejam sempre atualizados e mais que isso: se retomarmos os dados que encontramos em nossa pesquisa, esses professores precisarão de espaços coletivos para que possam reavaliar seus próprios valores. Precisarão de oportunidades para refletir sobre os princípios pelos quais as regras sociais, e mesmo as regras escolares, se sustentam.

Assistimos a muitas escolas utilizarem os horários reservados para HTPC (Horários de Trabalhos Pedagógicos Coletivos) somente para a discussão de festas e excursões, não atentando para a discussão da formação ética de professores e alunos. As reuniões poderiam ser aproveitadas para a troca de experiências entre os professores, para um trabalho mais efetivo da gestão em relação aos projetos desenvolvidos nas escolas, ao invés disso, vemos que as escolas utilizam este espaço para discussões emergenciais ou apenas para “passar” recados, muitos dos pontos presentes nas atas não são retomados, apenas são expostos sem provocar muitas discussões.

Nesse sentido, parece-nos imprescindível repensar a prática de participação democrática desses professores no processo de tomada de decisões sobre o andamento do trabalho na escola. Isto significa uma mudança profunda no que se refere à gestão escolar. Esta, além de se mostrar presente no ambiente escolar, deve conhecer e analisar os conflitos presentes na escola como um trabalho conjunto a seus professores. Isso porque ao analisarmos

atentamente a gestão das escolas é comum encontrar-se na escola uma direção que, quando se mostra presente, abusa de seu poder burocrático através do uso de suspensões para resolver problemas de “indisciplina” dos alunos. Algumas discussões que seriam necessárias serem feitas com os alunos apenas são impostas, como se dessa forma o sujeito aprendesse a agir moralmente. Observamos que professores e direção ainda pouco entendem sobre a necessidade de que para se agir moralmente “é preciso que os alunos possam pensar e isso significa, comparar possibilidades de reparar o problema, reconstruir os fatos, antecipar as conseqüências e estar sensibilizados”. Deve-se reconhecer os sentimentos das crianças para que elas possam falar sobre o que sentem, assim como “ouvir de seus pares motivos, desejos e sentimentos que levam a determinada ação” (MENIN, 2010, p.18).

Ao pensarmos na gestão da escola, pensamos nas decisões que são tomadas em relação aos alunos e que estas provêm dos “problemas” relatados pelos professores. Podemos então, pensar no trabalho dos professores dentro da sala de aula e como este pode promover a resolução dos conflitos entre os pares, como o professor pode promover a autonomia por parte de seus alunos. Contudo, os conflitos interpessoais vividos mesmo no interior da sala de aula, extrapolam a esta. Da mesma forma, a solução para esses problemas deve ser de responsabilidade de toda a comunidade educativa. Isto posto, podemos pensar que os dados encontrados nesta investigação, ainda que ouvidos somente os professores, devem ser ampliados para todos aqueles que têm na escola, a tarefa de educar por que de fato:

como homens heterônomos podem educar crianças que deverão se tornar autônomas? Como educadores encravados em seu cotidiano podem levar as crianças a vislumbrar um mundo diferente? Formar homens iguais àqueles que já existem é mais fácil que formar homens diferentes, de certa forma ‘superiores’ (LA TAILLE, 1999, p. 151).

## REFERÊNCIAS

- BOFF, L. *Ethos mundial – um consenso mínimo entre os humanos*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. 130p.
- CORTELLA, M. S. & LA TAILLE, Y. *Nos labirintos da moral*. 7º ed. Campinas, SP: Papirus 7 Mares, 2009. 112p.
- D'AUREA-TARDELI, D. Adolescência, personalidade e projeto de vida solidário. In: MENIN, M, S, S. e LA TAILLE, Y, SHIZU, A. M. [et al.]. *Crise de valores ou valores em crise?* Porto Alegre: Art Med, 2009. p. 70 – 88.
- DUBET, F. Quando o sociólogo quer saber o que é ser professor. In: *Revista Brasileira de Educação*, nº 5 e 6, 1997. p. 222-231.
- FILGUEIRAS, J. M. O livro didático de educação moral e cívica na ditadura de 1964: a construção de uma disciplina. *Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação – Percursos e Desafios da pesquisa do Ensino de História da Educação*. Uberlândia: UFU, 2006, v. 1. Disponível em: <<http://www.faced.ufu.br/columhe06/anais/arquivos/302JulianaMirandaFilgueiras.pdf>> Acesso em: 17 ago. 2011. p. 3375 – 3385.
- GALLEGO, A. B. e BECKR, M. L. Adolescência e respeito: a docência que faz diferença. In: *Schéme*, SP, v. I, n. 1, jan/jun, 2008. p. 116 – 133.
- GOERGEN, P. Educação Moral hoje: cenários, perspectivas e perplexidades. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 28, n. 100, out. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 15 jun. 2011. p. 737-762.
- LA TAILLE Y. A educação moral: Kant e Piaget. In: MACEDO, L. (Org). *Cinco estudos de educação moral*. 2º ed. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 1999. p. 133 - 173.
- LA TAILLE, Y. Autoridade na escola. In: Julio Aquino. (Org.). *Autoridade e Autonomia na escola*. São Paulo: Summus, 1999. p. 9-30.

LA TAILLE, Y. Mal-Estar na Educação. In: MACEDO, L. (Org). *Psicanálise e pedagogia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 101 – 123.

LA TAILLE, Y. *Moral e Ética: dimensões intelectuais e afetivas*. Porto Alegre, RS: Art Med, 2006. 189p.

LALANDE, A. *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 1336p.

LUKJANENCO, M. F. S. P. *Um estudo sobre a relação entre o julgamento moral do professor e o ambiente escolar por ele proporcionado*. Campinas, SP, 1995. Tese de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. 167p.

MENIN, S.S. *Experiências bem sucedidas em educação moral: A escola que nos chamou atenção pelos 11 projetos inscritos*. Disponível em: < [http://www.fct.unesp.br/Home/Pesquisa/EducacaoMoral/Relato\\_Camaragibe\\_PE.pdf](http://www.fct.unesp.br/Home/Pesquisa/EducacaoMoral/Relato_Camaragibe_PE.pdf).> Acesso em: 10 de out. de 2011.

MENIN, S. S. Valores na escola. In: *Educação e Pesquisa*, SP, v. 28, n.1, p. 91-100, jan/jun.2002. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11657.pdf>> Acesso em: 04 set. de 2011.

PIAGET, J. *O juízo moral na criança*. 2º ed. São Paulo, SP: Sumus, 1994. 302p.

PIAGET, J. *Para onde vai a educação?* 17º ed. Rio de Janeiro, RJ: J. Olympio, 2005. 79p.

PUIG, J. M. *Ética e valores, método para um ensino transversal*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1988. 226p.

SAVATER, F. *Ética para meu filho*. 6º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996, 176p.

TOGNETTA, L. R. P. ; LA TAILLE, Y. A formação de personalidades éticas: representações de si e moral. In: *Psicologia: Teoria e Pesquisa* (UnB. Impresso), 2008, v. 24. p. 181-188.

TOGNETTA, L. R. P. *A formação da personalidade ética: estratégias de trabalho com a afetividade na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009a, 183p.

TOGNETTA, L. R. P. *Perspectiva ética e generosidade*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009b, 287p.

TOGNETTA, L. R. P. (et al). Um panorama geral da violência na escola... e o que se faz para combatê-la. In: TOGNETTA, L. R. P., VINHA, T. P., ARAGÃO, A. M. F. (Orgs.). *Desconstruindo a violência na escola: os seus, os meus, os nossos bagunceiros*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010. 110p.

TOGNETTA, L. R. P. e VINHA, T. P. Até quando? Bullying na escola que prega a inclusão social. In: *Educação* (UFSM), v. 35, n. 3, set/dez. 2010. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs2.2.2/index.php/reeducacao/article/viewFile/2354/1422>> Acesso em: 07 set. 2011. p. 449-464.

VINHA, T. P. *O educador e a moralidade infantil: uma visão construtivista*. Campinas, SP: FAPESP: Mercado das Letras, 2000. 591p.

VINHA, T. P. e ASSIS, O. Z. M. A Automia, as virtudes e o ambiente cooperativo em sala de aula: a construção do professor. In: TOGNETTA, L. P. R. e SOUZA, F. E. B. (Orgs.). *Virtudes e educação: o desafio da modernidade*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2007. p. 159 – 197.